

IS Working Papers

3.ª Série, N.º 29

Sobre o Capital Erótico

Rodrigo Nicolau Almeida
Vitor Massa

Porto, junho de 2016

Sobre o Capital Erótico¹

Rodrigo Nicolau Almeida

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
E-mail: up201304864@letras.up.pt

Vitor Massa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
E-mail: vitormassa@gmail.com
Submetido para avaliação: abril de 2016/Aprovado para publicação: junho de 2016

Resumo

O capital erótico - ou seja a noção de valor social derivado da beleza, atractividade e capacidade sexual - tem sido, nas últimas décadas, alvo de acesos debates quanto à sua legitimidade como estratégia de ascensão social e diminuição de desigualdade de género em campos tais como o mercado laboral. Este conceito tem surgido em múltiplas configurações, desde uma propriedade embutida num *habitus* estruturado, até a uma 'moeda' adquirível pela relação com determinadas expectativas dos campos sexuais, tornando a sua leitura e aplicação empírica algo difusa. Neste trabalho, procuramos analisar as formas como o capital sexual tem sido conceptualizado, atendendo à sua desigual distribuição social, bem como o modo como este é utilizado em estratégias de mobilidade e trade-off de capitais, sistematizando as principais ferramentas teóricas para compreender os impactos sociais da atractividade na modernidade tardia. Nisto, focaremos as propostas analíticas de Christiane Hakim (2010, 2011) e Adam Green (2008, 2011) como formativas de estratégias de utilização do corpo como capital, propondo uma matriz teórica, metodológica e empírica para o estudo destes fenómenos, enquadrando-os numa lógica de opressão capitalística-patriarcal.

Palavras-Chave: capital erótico, atractividade social, campo sexual, habitus.

¹ Trabalho defendido numa primeira abordagem pelo autor Rodrigo Nicolau de Almeida na unidade curricular Sociologia da Família e do Género, 3.º ano da Licenciatura em Sociologia, sob a regência da Professora Doutora Isabel Dias

Abstract

Erotic capital – that is, the social value attributed by beauty, attractiveness and sexual ability – has been in the last decades a focus of intense debates regarding its legitimacy as a strategy of upward social mobility and a reduction of gender inequality in fields such as the labour market. This concept has been conceived through multiple lenses, from a property that is embedded on a given *habitus*, to a currency that is acquirable through a positive feedback with the expectations of sexual fields. In this work, we seek to analyse the various ways in which sexual capital has been understood, noting its unequal social distribution, as well as its use in mobility strategies and capital trade-off, systematizing the major theoretical tools for understanding the social impact of attractiveness in late modernity. In this, we will focus on the analytical proposals of Christiane Hakim (2010, 2011) and Adam Green (2008, 2011) as essential in conceiving the use of the body as a form of capital, proposing a theoretical and methodological matrix for the study of these phenomenon, while placing them in a system of capitalist-patriarchal oppression.

Keywords: erotic capital, social attractiveness, sexual field, habitus.

Introdução

O ‘mito’ que aqui procuramos apresentar, ou seja, a representação simbólica de uma crença sobre os papéis de género instituída e naturalizada (Barthes, 1957), tem uma longa história na sua formação e consolidação popular. A sua forma moderna está vinculada num sem-número de expressões que procuram definir mulheres que fazem uso do sexo e da atractividade para obter benefícios sociais, como estando de alguma forma a ‘subverter’ as regras sociais, e aproximando-as de uma função socialmente marginalizada: a prostituição. No entanto, talvez seja importante ter em conta que esta atual conceção de género não é universal e os valores atribuídos, ou mitificados, em certas mulheres não se prestam a uma leitura anacrónica. De facto, Cleópatra VII Philopator, a última faraó do Egipto Ptolemaico, viu no discurso histórico dos seus contemporâneos as mesmas características essenciais que hoje encontramos no imaginário popular. Cassus Dio diria: “[ela] depositou na sua beleza e charme todos os anseios pelo trono [do Egipto]” (Cassius Dio, 1916). Observando os discursos de Plutarco (1920), vemos o mesmo: há uma constatação, quase apologética, do uso da beleza para obter benefício social, mas em momento algum há essa condenação.

Falar de erotismo é algo que revela em si uma complexidade estrutural: não podemos desde logo avançar uma definição de erotismo que seja consensual, nem tão pouco demarcar os momentos históricos que determinam o seu surgimento na esfera privada. Uma análise como a de Foucault (1978) permitir-nos-á vislumbrar uma vasta história da sexualidade, mas dá-nos poucas pistas sobre o modo com as *scientia sexualis* ou as *ars erótica* se cruzam – e podemos, de resto, notar as limitações que essas categorias apresentam contra a realidade histórica (Byrne, 2013).

No entanto, talvez dê para capturar alguma da essência do erótico, especialmente na modernidade, por meio da tentativa de definição que Bataille (2001) apresenta: “O desejo no erotismo é o desejo que triunfa sobre o tabu” (p. 256). Por agora bastará, na falta de um estudo aprofundado que conceba o erotismo e os processos de simbolismo ele associados, definir o erótico como algo que, na modernidade, parte da esfera privada (referindo-se a uma propriedade individual) e de certo modo projecta-se para a esfera pública (onde o desejo é embutido, expressado, comunicado e correspondido).

Valerá neste ponto distinguir as nossas preocupações em termos do erotismo/sexualidade (dualidade que mais tarde procuraremos desconstruir) e o amor: o que aqui tratamos é tão meramente a associação dos indivíduos numa troca de capitais: erótico por erótico, erótico por social, erótico por económico, entre outras formas. A dificuldade do estudo destas questões – e por extensão, o cerne da problemática – insere-se então na mitologia romântica que associa o sexo ao romantismo, mostrando a durabilidade discursiva da ‘hipótese de repressão’ – isto é,

que a sexualidade ocidental nasce no século XIX – que Foucault (1978; 2002) ativamente rejeita ainda que de forma indicativa e pouco empírica. Ou doutra maneira: o facto de se conceber ainda que o sexo respeita apenas a indivíduos numa relação romântica, dificulta o discurso sobre a sexualidade fora desse contexto. Mais ainda, a própria dificuldade de tratamento destas interrogações pela ligação ainda muito forte com uma normatividade sexual de matriz judaico-cristã, tem criado uma pluralidade de visões contrastantes acerca da legitimidade do capital sexual e erótico enquanto *asset* acumulável, manipulável, embutido nos indivíduos e nas estruturas, e passível de troca por outros tipos de capitais e comodidades – como poderemos ver no próximo capítulo.

O estudo conceptual sobre esta temática tem sido feito de perspectivas bastante diferentes. A abordagem ao campo sexual, como figurada por Green (2001; 2008), mostra-nos uma análise sistemática e baseada numa noção de capitais e troca de comodidades sexuais, distinguindo um conjunto de ferramentas analíticas fulcrais – ainda que a sua conceção, de matriz interacionista, tenda a privilegiar a formação relacional do desejo², não explorando as relações de poder e imposição de sexualidades normativas (ainda que o autor explore os impactos desta imposição e construção dentro dos próprios campos sexuais). Por outro lado, a visão de Hakim (2010) configura o oposto, propondo um conjunto de definições sobre as potencialidades do emprego do capital sexual enquanto ferramenta de ‘nivelamento social’, ou enquanto empoderamento feminino, a uma escala alargada e *macro* – não notando, no entanto, a construção social das noções de atractividade como um processo potencialmente danoso para as mulheres, por vezes, aproximando-se daquilo que Oliveira (2013) define como “feminismo optimista”. Tanto mais o campo de estudo é denso, que notaremos rapidamente que se usam várias expressões alternativas para definir o que aqui tratamos: capital sexual ou capital erótico, moeda erótica, etc.

Vale a pena, porém, salvaguardar um facto: o propósito deste artigo não é argumentar, como o faz Hakim (2011), o capital erótico como estratégia colectiva. Aliás, podemos ver algumas razões para temermos este facto (cf. Green, 2013). Parece-nos claro que a liberalização da utilização daquilo a que chamaremos de ‘capital sexual’ teria uma grande chance de incorrer em abusos, exageros e casos tanto mais graves. No entanto,

² A problemática da formação do desejo, no que respeita aos chamados ‘elementos psicológicos deste’, como elencada por Green (2008), e antes dele, por Simon & Gagnon (1973), permanece uma questão por responder no debate em questão. A nossa posição aproxima-se destes autores no sentido de concebermos que exista um grau de formação do desejo de índole psicológica através de parâmetros biológicos, fisiológicos e psico-individuais. No entanto, consideramos a hipótese de que o traço preciso de uma linha entre estes e os factores sociais seja impossível, sendo assim necessário considerar holisticamente estes factores. Para propósitos do texto em questão, no entanto, focámo-nos apenas nos factores de construção social.

a nossa apologia da necessidade de conceber a sexualidade como inerente e subjacente à vida social e profissional (o facto de a sexualidade ser inalienável dos indivíduos, ainda que possa ser reprimida, como nos indicava já Freud, cf. 1905), parte nesse aspecto da necessidade de perceber de que maneira o capital erótico está de facto embutido nos vários campos de acção social como o trabalho, de modo a poder fortalecer o debate em torno destes aspetos e servir de base para uma reflexão cuidada e localizada destas questões.

1. O Capital Erótico: Pistas de uma definição

Antes falámos do mito de Cleópatra para mostrar de que modo a concepção e visão da sexualidade na sociedade está intimamente ligada a uma situação sociopolítica (Foucault, 1978). Este facto, a que voltaremos, prende-se na essência com o facto de ter nascido no século XIX e XX uma forma de conceber a mulher e o mundo inerentemente distinta e conhecida por todos: a mudança provocada pela industrialização (Edgell, 2006). No entanto, não é aqui o lugar de operar uma história das relações sociais marcadas pela atractividade, como a de Foucault (1978). Tão pouco é do nosso interesse entender quais as maneiras específicas que os indivíduos operam para construir as suas próprias formas de interesse sexual, aquilo que Freud no ano de 1905 definiu como “impulsos sexuais”, mas somente entender de que modo esses processos psicodinâmicos estruturam e definem a vida social, seguindo o mesmo princípio Bourdeusiano que outros autores têm dado a este cunho (Green, 2011; Goes-Green, 2009; Hakim, 2010).

A definição da sexualidade enquanto característica social tem já alguma tradição nas nossas áreas. Um primeiro e decisivo passo dado no sentido de conceptualizá-la enquanto tal vem com a noção de “guião sexual”, formulada por Simon e Gagnon em 1973 (Gagnon & Simon, 1973). Nesta obra podemos encontrar uma tentativa de mostrar o carácter social das identidades e interações sexuais, marcado por uma visão da própria sexualidade, menos como uma marca inteiramente biológica, mas mais como um processo de construção de um guião de interação, em três níveis essenciais: o cultural-histórico, marcado pelo contexto e a situação da interação; o social-interacional, marcado pela definição da interação, os papéis de género, as relações de dominação e as trocas comunicacionais; e o intrapsíquico, onde se encontram exactamente os ‘impulsos sexuais’. Mais ainda, Boston e Levy partiram desta base para mostrar como as interações alicerçadas no género construíam um nível de destrição básico, a partir do qual se poderiam exprimir guiões sexuais específicos para pertença étnica, idade, e outros factores (Levy & Boston, 2001). Por outras palavras, cada identidade social carrega um guião sexual mais ou menos homogéneo consigo.

Falamos de um ‘capital’ erótico, exactamente porque as interacções sociais mediadas pela sexualidade, e instruídas por esses mesmos guiões, não são lineares – ou seja, todas as relações entre dois indivíduos que sejam de cariz sexual ou erótico são mediadas por preferências, escolhas e selecções (Green, 2008). Estas não são, todavia, inteiramente pertencentes ao campo das interacções intrapsíquicas: como iremos desde já falar, a construção de um tipo ideal de indivíduo sexual é algo que está bastante alicerçado na sociedade moderna, e é externalizado e interiorizado num *habitus* por referência a uma cultura erótica dominante. Como tal, havendo características valorizadas na sexualidade, passíveis de escalonar, é igualmente possível ‘acumular’ capital erótico, na forma de um aumento da atractividade do indivíduo.

Uma das abordagens a este conceito prende-se com a noção de Hakim de “capital erótico” (2010). A visão desta autora introduz o capital erótico enquanto uma “quarta competência individual”, ao lado do capital social, cultural e económico, na senda de Bourdieu (1986). Para Hakim (2010), a atratividade é orientada por um conjunto de características: beleza, atracção sexual, sociabilidade, vivacidade, apresentação, competência sexual, fertilidade, entre outras, tendo pesos e importâncias diferentes consoante as várias sociedades. Mais ainda, o capital erótico aparece, ainda que por vezes ligado ao capital cultural ou social, como uma componente inteiramente diferente – no sentido em que a sua expressão se faz em múltiplos campos que não só o campo erótico. Para além disto, a autora aponta o capital erótico maioritariamente enquanto performance – notando o seu carácter relacional – e denota que é nas mulheres que o capital erótico se encontra mais concentrado “por se esforçarem mais nele”, e, de igual modo, que os homens “têm mais interesse no sexo”. A perspectiva de Hakim (2010) prende-se com o funcionamento de um mercado sexual, no qual a procura e a oferta são tidas em conta, e apontando a liberalização sexual como um ponto acrescido para a importância do capital na sociedade contemporânea.

No entanto, esta definição não poderá ser de todo suficiente. Uma primeira crítica, ainda que menor tendo em conta a articulação dos capitais no campo social, prende-se com o modo como se pode identificar muitos dos factores que a autora nota como pertencentes ao capital erótico com características de capital social ou simbólico, nomeadamente as questões da aparência. Mais ainda, a sua perspectiva assume sempre uma agência feminina na aquisição e acumulação do capital erótico, não tendo em conta as variações sobre a sua definição de ‘mulher’ (questões de etnia, raça, pertença social classista, identidade de género ou capital cultural), e, ainda, que faça uma ressalva sobre uma evolução dos papéis masculinos a este respeito, reduzindo

em grande parte o género masculino (lato senso) a um papel de consumidor³; e terceiro, e factor mais crucial, por apresentar, acima de tudo, noções sobre as características que o capital sexual assume, mas não providencia uma resposta concreta sobre qual a natureza desse capital, ou seja, a maneira como este está estruturalmente embutido na sociedade e como está desigualmente distribuído – no fundo, naturalizando-o como uma característica ‘normal’ da sociedade. Apesar de considerar que o capital erótico pode ter uma grande relevância nas relações de género, Hakim (2011) situa muito a sua perspectiva numa relação conjugal, e no modo como estas relações são alteradas pelo capital sexual – ignorando toda a panóplia de relações económicas, sociais, culturais, políticas e organizacionais que decorrem na vida social – e uma vez mais alimentando a noção de que o sexo pertence eminentemente a situações conjugais.

Um dos pontos mais singelos da sua análise, no entanto, liga-se com algo que podemos de, igual modo, encontrar na literatura feminista de segunda vaga, nas chamadas *Feminist Sex Wars* (Duggan, 1995). A este respeito, Hakim (2010) aponta o modo como o capital erótico tem sido frequentemente desvalorizado em relação com os outros *assets* pessoais, por imposição patriarcal, de modo a limitar a capacidade de agência das mulheres. Na realidade, esta perspectiva parece-nos logicamente associada a uma visão do patriarcado como estrutura embutida de um capitalismo avançado (Giddens, 2002), e demonstra as lógicas culturais opressivas que perpassam na nossa cultura – noutras palavras, uma hegemonia cultural patriarcal, no sentido gramsciano (Foucault, 1978). Porém, Hakim (2010) vai igualmente criticar as perspectivas feministas como as de MacKinnon e Dworkin (1988), notando que estas autoras tendem a valorizar a mulher ou pelos seus capitais culturais, económicos e sociais, ou pelo capital erótico, nunca concebendo a sua integração.

Já Green (2008) observa o capital erótico menos como uma ‘competência do indivíduo’, e mais como uma ‘moeda do campo’ – ou seja, entende o capital erótico como um conjunto de características dos indivíduos, negociáveis por meio de agência, que são tomadas como desejáveis dentro de um determinado campo ou subcampo específico, e que são formadas por meio de um *habitus* erótico, que incorpora as fantasias eróticas numa organização social. A sua visão é que o capital erótico se compõe de *estruturas de desejo*, que ligam o *habitus* a determinados objectos, no sentido linguístico, demarcando-os de objectos neutros – criando assim uma definição relativamente fluída do que é, para cada agente, o sexual e o não-sexual. Para Green (2008), essas estruturas de desejo relacionam-se com o campo nomeadamente em *cenários sexuais* –

³ Este é um argumento que nos parece altamente criticável, como visível em Williams (2011), concebendo mais o capital erótico como um mercado que como um campo (algo que, nos estudos de Martin e George (2006), se vê como insustentável, dada a capacidade reflexiva dos indivíduos-comodidade.

ou seja, contextos onde o capital erótico é institucionalizado e toma forma, de modo a poder ser negociado – compostos tanto de equipamentos-sinal, no sentido goffmaniano (1959, 1974) (decoração, linguagem, símbolos), como de uma *hexis* corporal que assume os valores do capital em troca. Como tal, o capital erótico não existe para Green (2011) fora do campo sexual. Mais ainda, este define-se em subcampos progressivamente mais específicos (fruto da evolução da modernidade), de tal modo que determinados subcampos valorizam certas formas de capital erótico muito especializado (como no seu exemplo da cultura gay presente em bares de uma zona de Nova Iorque, onde as características de hipermasculinidade são tomadas como uma marca de atractividade). Nesse sentido, usa este mesmo caso para notar como a raça, por exemplo, tem uma influência marcante na posição dos indivíduos no campo sexual – aquilo que define como *escalões de atractividade*. É exatamente na maneira como o autor concebe o campo sexual societal, ao revés dos subcampos especializados, que encontramos uma lógica mais unidirecional, com privilégio de uma certa coesão social funcionalista. Nas suas palavras, “quanto mais difuso for o campo, ou seja, mais alargado, maior será a pluralidade de interesses eróticos e como tal mais complexas serão as relações de negociação de sexualidade”. Disto depreendemos uma certa lógica construtivista: as formas de desejo sexual social são formadas a partir da relação dos indivíduos com outros com desejos semelhantes. O autor deixa assim em aberto de que modo esses cruzamentos e intersecções se fazem em termos de classe, cor e género, na tradição de Collins (2000).

Será então importante conceber uma forma de capital erótico (ou sexual), que consiga responder a um conjunto vasto de questões sobre a sua individualização, apropriação e utilização por parte de indivíduos, inseridos num contexto estrutural de campo. Por outras palavras, não só o campo sexual no seu todo será estruturado pelos vários subcampos que o compõem – como Green (2011) nos aponta – como deverá ser igualmente possível vê-lo como formado por determinadas características tais como as que Hakim (2010) nos descreve, e que têm subjacente, na nossa leitura, uma tendência para a imposição cultural. O ponto central que pretendemos introduzir é a noção de *matriz de características* que compõem o capital erótico, de modo a especificar a análise de *escalões de atractividade*.

Na nossa visão, podemos discutir dois tipos destas características: as chamadas características normativas, ou seja, que configuram o tipo ideal desse campo, formadas pelos media ou pelas concepções naturalizadas de certas classes dominantes (Hooks, 1981) e impostas aos indivíduos num *habitus sexual* naturalizado; e as subversivas, que configuram tipos exotificados e fetichizados, formados numa relação entre o eu e o outro (Goffman, 1959). Falar de características sexuais normativas será então falar daquilo que primeiramente é concebido como atraente numa dada sociedade, ou mais

precisamente, aquilo que é socialmente imposto como atraente e, por seu turno, reconfigurado, negociado e convertido pelos indivíduos em tipo ideal⁴

Não bastará dizer que existem características mais importantes do que outras. Torna-se claro, quando observamos com Killbourne (2010) as representações das mulheres nos media, quais fisionomias são mais destacadas na actualidade. Ancas finas, seios grandes, cinturas estreitas, pernas longas, pescoços estreitos, todos se situam num outro nóculo dessa matriz – algo que só poderíamos debater com certeza depois do estudo empírico sucedâneo. Haverá sempre alguns factores com pesos acrescidos: temporalidades, espacialidades, contextos de classe, contextos de género. Esta matriz de características normativas divide-se em seguida num conjunto cada vez mais pormenorizado, incluindo aspectos do capital simbólico, cultural e linguístico, na formulação dos subcampos eróticos que Green (2008) descreve, e, por subsequente, os vários escalões de atractividade que lhes estão subjacentes. A ideia aqui é que os campos sexuais de nível macro se constroem não por uma base de adição simples e interacção imediata, mas estão fortemente sujeitos à imposição de destrições claras, que ordenam o modo como o capital é percebido, trocado e organizado. Poderemos assim conceber um indivíduo ‘ideal-tipo’ que combina num dado momento as características normativas aprovadas por um campo – veja-se o caso dos ‘sex symbols’ – e que por um processo de *feedback* irá guiar a percepção destas características.

Este tipo de raciocínio acerca do capital erótico alicerça-se, aliás, numa preocupação muito específica: o modo como este se encontra distribuído na sociedade. Se, por um lado, é verdade que a disseminação (ou antes, a especificação) de campos sexuais levou idealmente a uma ‘libertação do sexo’, há vários factores a ter em conta: primeiro que tudo, o facto de que o acesso a esses campos sexuais não é inteiramente linear, nem fácil, para a maior parte dos agentes sociais – nem todos os contextos se prestam, por exemplo, a ter um espaço que exprima os desejos de indivíduos *queer* (com identidade de género distinta da identidade sexual) com interesses homoromânticos (romanticamente inclinados para indivíduos do mesmo género) mas assexuais (sem interesse na sexualidade ou inclinação para esta). Se com Green (2010) vemos dois exemplos de campos sexuais em que a competição parte de uma lógica igualitária orientada por tipos ideais bem definidos, ainda que uns fossem normativamente superiores a outros – e onde os actores sociais podem sempre aceder aos campos sexuais que são mais favoráveis à sua agência - com Goes-Green (2009), ou Aboim

⁴ Este processo de reflexividade revela-se particularmente notável quando temos em conta análises como a de Killbourne (Killing Us Softy 4: Advertisings Imagine of Women, 2010), na qual podemos ver imagens que ultrapassam a fisionomia humana possível, e como tal, constroem ideais de beleza não só irrealistas como imaginários. Seguindo essa lógica, somos todavia tributários de visões como a de Habermas (1984) no sentido da aceção de uma agência dos sujeitos expostos aos *media*.

(2008), vemos uma negociação de masculinidade que passa essencialmente pela competição contra um tipo ideal que para muitos indivíduos é deslocado ou intangível – o de um homem rico, culto, com um emprego fixo e capacidade de providenciar tanto sustentabilidade económica como status.

Notarão, porventura, que temos vindo a usar ‘capital sexual’ e capital erótico alternadamente. Mais do que tudo, isto prende-se com uma diferença etimológica essencial: derivado do grego *eros*, erótico, refere-se a algo causado por prazer, atracção e desejo, enquanto o latim *sexus* prende-se com a diferenciação entre homens e mulheres, e, num sentido mais alargado, com a actividade sexual (Harper, 2001-2015). Faz sentido nesta lógica que muitos autores tenham optado pelo uso do primeiro. No entanto, a importância de um dualismo de conceitos parece-nos, em termos operacionais, necessária. Passaremos a explicar.

É fácil ver que uma parte do capital sexual (no sentido lato), se encontra mais próxima de uma noção de atractividade e de capital social, passando por um conjunto de características do indivíduo sobre o qual este pode agir, mas que se manifestam como passivas na interacção social. Ou seja, aquilo que Hakim, 2010, definia como ‘beleza’, ‘atracção sexual’, ‘vivacidade’, ‘apresentação’ e a que podíamos acrescentar, numa ótica semelhante, a *hexis* corporal ou ‘fachada’), e que outra parte se relaciona mais fortemente com uma noção de competência sexual, mais próxima do capital físico de Bourdieu (1986), que requer ativamente a ação sexual do indivíduo para ser reconhecido ou transacionável (a noção lata de ‘sexualidade’ de Hakim, 2010). Na nossa visão, estes dois aspectos configuram uma diferença muito importante, sendo que ambos se afiguram pelas mesmas construções estruturais que aqui temos vindo a discutir – um *habitus*, uma estrutura social de desejo, uma organização matricial por características, vários escalões de atractividade – mas as características que focam, os capitais que operam, e o desejo mobilizado são completamente distintos pelas razões que mencionámos. Assim, definimos o primeiro caso elencado como ‘capital erótico passivo’, e o segundo como ‘capital sexual’, ou ‘capital erótico activo’, sendo o termo lato o de capital erótico. Consideramos que a sua diferença carrega importância para o estudo deste capital, nomeadamente a nível operacional. Tomando em conta a multitude de códigos linguísticos presentes, cremos que uma abordagem descuidada e unificada do capital erótico, poderá levar a pontos de difusão, nomeadamente porque podemos encontrar operação de capital erótico e não do capital sexual, como iremos ver.

2. A Distribuição do Capital Erótico

Se a própria definição de capital erótico se mostra, desde logo algo elusiva, não menos podemos esperar do modo como este se distribui na sociedade. Efectivamente, a este respeito, crê-se necessário distinguir duas formas de distribuição do capital erótico: intracampo e intercampo. Respectivamente, estas formas referem o modo como se processa a aquisição, troca e manipulação de capital dentro do campo sexual, e entre o campo sexual e outro campo social (cultural, económico, ou simbólico). Notando o valor meramente ilustrativo desta análise bipartida, procuraremos sistematizar o funcionamento de cada uma separadamente.

O modelo de distribuição intercampo parece-nos mais objetivo e mais abordado cientificamente para proceder a uma análise da maneira como o campo sexual se encontra distribuído na sociedade. Segundo Green (2008, 2011), a sistematização e o modo como esta distribuição se alicerça no campo está dependente de seis processos internacionais básicos: (1) o reconhecimento do campo e das relações de competição associadas; (2) a percepção de um 'tipo ideal' do campo, constituído por valoração de atractividade sexual; (3) a formulação da posição de um indivíduo no campo sexual; (4) a valoração dos outros nesse mesmo campo; (5) o conhecimento dos procedimentos de construção do *self*, e estratégias de negociação; (6) e a habilidade de "preservação da reputação". Objetivando, o indivíduo procura identificar-se a si e aos outros no campo, de forma a formular a melhor estratégia de abordagem.

Subjacente ao raciocínio de Green está, como já apontámos, uma ideia de que os indivíduos conseguem, se quiserem, aceder ao campo sexual onde o seu capital erótico será mais valorizado. Um conjunto de factores geográficos, morais ou culturais poderão forçar um indivíduo a conviver em campos sexuais que lhe serão menos favoráveis. Isto é algo que se encontra no próprio trabalho de Green (2008): um homem negro num bar *gay* marcadamente branco, estará associado a um escalão de atractividade mais baixo, mas escolhe ainda assim conviver neste, por se tratar de uma área a que historicamente se encontra associado. Igualmente importante neste argumento é o modo como se processam as estratégias de negociação nestas situações: neste caso, uma auto-fetichização, assumindo um conjunto de características subversivas do estereótipo "Homem Mandingo". Aqui encontramos o primeiro ponto importante acerca da distribuição: a formação das matrizes de características subversivas ou contra-hegemónicas.

A diferença entre características subversivas e características normativas é clara na própria constituição do discurso: o subversivo, visto como o *outsider*, o perigoso e o indesejável, que se sublima em desejo sexual (Byrne, 2013). No fundo, uma característica subversiva define uma marca física, simbólica, cultural ou linguística,

que se constitui numa hierarquia como um tipo ideal negativo. Uma das notas mais relevantes de Green (2008) prende-se com o modo como estes escalões normalmente se associam com estereótipos históricos (no seu caso, o *Homem Mandingo* surge associado à ideia de escravatura) e o modo como configuram métodos alternativos de negociar a posição dentro do campo sexual, e complicam a sua presença. Como tal, enquanto o tipo normativo feminino serão mulheres magras, com um conjunto de outras características normativas (simpatia, beleza facial, determinadas proporções), um dos tipos subversivos femininos será o da mulher negra, agressiva e reactiva, com tendências selváticas (Kilbourne, 2010).

Como tal, a distribuição dentro do próprio campo sexual será sempre marcada por uma coexistência entre os tipos normativos e os tipos subversivos, dando-se primazia discursiva aos primeiros. A construção do *self* baseado na própria apropriação dos valores dominantes é uma estratégia que o autor identifica como sendo várias vezes utilizada (o homem negro que usa um identitário simbólico, um modo de falar e um conjunto de características físicas demarcadas, associadas a um homem branco). Inversamente, a auto-estereotipação aparece como a apropriação total das características do subversivo e é igualmente usada em vários contextos (ou na tipologia de Goffman, a adopção do ‘Outro generalizado’ de outro indivíduo como o *self*, 1959). Na essência, as relações de dominação e subordinação historicamente situadas perpetuam-se na estruturação do desejo, algo particularmente interessante quando observamos o poder do campo erótico e sexual para sublimar a história da opressão em relações de prazer.

Mais ainda, a problemática do capital erótico é complexificada quando consideramos a sua relação com outros capitais – isto é, que tipo de ‘portfólio de capitais’ para usar a expressão de Green (2011) os indivíduos procuram. Goes-Green (2009) apresenta um caso exemplar, no qual a competição sexual se pauta na relação entre o capital erótico, físico e económico, falando da opção dos jovens moçambicanos de se tornarem mais desejáveis por meio de um ‘investimento’ em capital erótico activo/capital sexual, por um investimento na aquisição de bens económicos, ou pelo exercício de violência, como meio de obter poder. Um outro exemplo disto, dado por Green (2011) define-se pela valorização que os indivíduos fazem de diferentes tipos de capital: defina-se que as mulheres com educação superior, heterossexuais, têm mais interesse em homens com alto capital cultural, e que os homens com a mesma educação têm interesse em mulheres com capital erótico elevado. Teremos aqui uma situação em que homens e mulheres procuram portfólios de capital diferentes.

Deriva dali o segundo ponto fulcral da nossa análise: qual o mecanismo que opera a construção das matrizes eróticas normativas. O ponto focal aqui é que, do mesmo

modo que as classes dominantes de uma sociedade determinam a valorização que se faz de certos tipos de trabalho (Callender, 1985; Hakim, 1980), certos tipos de educação (Althusser, 1971) ou certos tipos de sociabilidade, estas classes também determinam quais as características eróticas normativas, a seu favor. Falemos do caso do tipo ideal normativo feminino para a nossa sociedade: maçãs do rosto salientes, lábios carnudos, sobrancelhas cuidadas, saúde equilibrada, higiene pautada por uma rotina de banhos, cabelo brilhante, unhas arranjadas, uso de maquilhagem, entre outras, distinguem fortemente o que se considera um indivíduo com alto capital de um indivíduo com baixo capital erótico. Mas atente-se na nossa listagem: quem, de uma classe desfavorecida, terá acesso a todos produtos e comodidades que permitem obter as características que aqui apresentamos?

Mais ainda, quais as características pelas quais as classes dominantes optam, senão por aquelas que se compaginam igualmente pela sua presença clara na normatividade erótica? O que temos vindo a discutir até aqui, portanto, é o modo como o capitalismo opta por uma população muito específica⁵, construindo a esfera pública legitimada à volta de um conjunto de privilégios, e, em particular na sociedade contemporânea, elaborando um discurso de igualdade que remete sistematicamente alguns indivíduos para uma sub-representação pública (Magalhães, et al., 2012). Este facto pode, por seu turno, ser expandido a uma multitude de outras relações, matricialmente, numa rede de privilégios (Hooks, 1981). Em suma, a ideia que aqui pretendemos passar é que as classes dominantes, orientadas por intenções capitalistas, vão cooptar as características consideradas atractivas, formando as matrizes normativas. De igual modo, recuperando o que antes dizíamos, a própria história e as simbologias específicas, servem para construir os 'Outros', formando as matrizes subversivas (Hooks, 1981; Spivak, 1988). Não assumimos de todo uma perspectiva fatalista – afinal, qualquer relação de desejo desta natureza terá pouco interesse na construção histórica da sua natureza – mas consideramos fulcral para poder conceptualizar a presença do capital erótico na vida social denotar, igualmente, o modo como este se relaciona com múltiplas outras formas de dominação e submissão socialmente distribuídas, de modo a poder, em momento posterior, desenhar estratégias de acção e mobilização ou empoderamento que tomem por referente estes factos.

⁵ Uma vez mais ressaltamos que, as mudanças nos padrões sociais nos anos recentes, poderão levar a alterações no modo como isto se processa. No entanto, não nos prenderemos com elas, já que o processo de comodificação é geral à sociedade, e cremos que se alargará a estas questões.

3. Capital erótico fora do Campo sexual

Se por um lado é intelectual e socialmente estimulante analisar como o capital erótico se estrutura na sociedade contemporânea, procurando assim quebrar com algum do misticismo que ainda se mantém sobre a sexualidade, cremos que o foco central da nossa análise será sempre a relação que o capital erótico estabelece com outros campos sociais. Mas temos vindo no decorrer deste texto a fazer alusões ao modo como o capital erótico influencia a sociedade: em termos das relações económicas, mediadas pelo capital cultural e mediadas por estereótipos, entre outras.

A importância que se continua a dar a instituições de moralidade na determinação do comportamento sexual tem sofrido várias alterações, e não podemos pôr de parte a importância da revolução sexual na reconceptualização de algumas destas ideias (Lipovetsky, 1997). Mas ao mesmo tempo, a sua persistência faz-se sentir, com a noção de virgindade, pureza e honra social continuando a guiar o comportamento social (Foucault, 1978). Mais ainda: o seio destas problemáticas poderá ainda encontrar-se num confronto discursivo, onde o discurso ideológico de emancipação – tributário do feminismo liberal – se cruza com o discurso neoliberal que argumenta a capacidade do indivíduo de ascender pelo talento, o esforço e o trabalho – uma lógica de valorização universal do trabalho que apaga qualquer outra forma de expressão (ver, por exemplo, Hakim, 1980), nomeadamente, alienando a mulher do seu próprio corpo. Como tal, a acção conjunta da restrição moral perpetuada pelas instituições socio-religiosas e a imposição ideológica socioeconómica, resulta numa pressão que apaga completamente a possibilidade do capital erótico ter expressão pública (Hakim, 2011). É precisamente esta qualidade histórica que gera a dissonância entre a nossa leitura moral-social e a de Plutarco ou Cassus Dio (1916).

O foco que procuramos dar às operações do capital erótico fora do campo sexual passa, então, por uma conceptualização do papel que o capital erótico tem no campo económico, fora das propriedades discursivas (Foucault, 2002), nomeadamente nas relações de trabalho.

Discutiremos assim três formas de relação mediada pelo capital erótico: troca de capital económico por capital sexual (o chamado trabalho sexual); troca de capital erótico por capital económico, social e cultural, num campo altamente sexualizado; e troca de capital erótico por capital económico, social e cultural, num campo menos sexualizado. A distinção que nos parece aqui necessária de campo sexualizado deriva de análises como a de Magalhães, et al. (2010), ou Wolkowitz, et al. (2013) onde a estruturação e valores de algumas indústrias comodificam o corpo em certos mercados de trabalho (publicidade, cinema, indústrias culturais de um modo alargado, indústria de serviços) no sentido de valorizar o capital erótico com igual peso aos capitais

tradicionalmente associados a esse mercado (cultural e social, nomeadamente). Por oposição, há outros campos no qual essa valorização não se faz de maneira explícita, o que não implica que não haja na mesma um *trade-off* entre capital erótico e capital económico.

Quanto ao trabalho sexual⁶, as perspetivas são vastas e demasiado alargadas para o âmbito deste artigo. Seguindo a linha de pensamento de Oliveira (2013), podemos centrar as visões feministas em dois campos alargados: abolicionistas e regulacionistas. As primeiras constroem um argumento que temos vindo a discutir ao longo deste artigo – de uma objectificação da mulher, a sua transformação em bem de consumo para usufruto do homem, e a desvalorização das qualidades e competências da mulher em prol da sua sexualidade. Historicamente alicerçado na segunda vaga do feminismo, e bebendo do feminismo marxista, esta visão (expressa por exemplo em MacKinnon & Dworkin, 1988, ou Zillman, 1986) tem, desde logo, alguns problemas, como Oliveira (2013) aponta: foca unicamente o sexo feminino, não inclui a totalidade dos trabalhos sexuais, falando unicamente da prostituição e da pornografia, e não procura entender as razões que levam ou legitimam a conduta das mulheres sujeitas ao trabalho sexual, muitas vezes contribuindo para essa mesma visão ‘puritânica’ que antes discutíamos. A isto, podemos ainda acrescentar a visão de Hakim (2010): para esta autora, o feminismo abolicionista tende a considerar uma mulher pelo seu capital erótico *ou* pelos seus capitais económico, cultural e social, nunca pondo a possibilidade de uma articulação e convivência dos dois. Esta crítica a autora estende-a de igual modo ao feminismo regulacionista, que visa compreender a posição dos actores sociais expostos ao trabalho sexual, pondo a tónica na possibilidade de uma libertação feminina por via do sexo, ou seja, um mecanismo de equilíbrio económico e social junto com um sistema de empoderamento, no qual a mulher reclama a posse do seu próprio corpo. Oliveira (2013) tende a concordar mais com esta posição, como é de resto patente no seu trabalho; mas adverte, com grande pertinência, que tal não deve ser negligenciado, nem glorificado indevidamente, dado que isso acabaria por ocultar as realidades das mulheres e homens envolvidos no trabalho sexual, tanto por força das circunstâncias como por forças externas.

Valerá primeiro que tudo debruçarmo-nos brevemente sobre uma questão que naturalmente surge, quando discutimos em particular a prostituição: como pode a matriz de características normativas, e a fruição de múltiplos portfólios de capitais, manter-se, se um indivíduo adquire capital sexual fora do que seria o seu campo expectável? Sem querermos aqui analisar em demasiado detalhe a situação do

⁶ Leia-se aqui toda a gama de actividades que impliquem a utilização de capital sexual ou capital erótico activo: prostituição, pornografia, *cam-girls*, etc. Notavelmente, certas profissões como trabalhador de linha erótica, apresentam-se-nos como particularmente difíceis de qualificar neste aspecto.

trabalho sexual – algo que guardaríamos para a operacionalização empírica desta reflexão – cremos que a prostituição constitui um tipo subversivo, facilmente adquirível, e que se mantém embutido na sociedade como uma forma de satisfazer necessidades eróticas que exactamente as instituições opressoras (e que como tal, consentem, sem legitimar, a prostituição) tendem a forjar (Foucault, 1978; Marcuse, 1981).

Falar assim da pertinência da utilização do capital erótico no trabalho sexual é resumirmo-nos então a uma questão focal: é útil social e individualmente que uma mulher troque o seu capital erótico e/ou sexual por capital económico? A questão, que está na base de todo o debate sobre a legalização da prostituição e do grosso do trabalho sexual, permanece em aberto. No entanto, é do nosso entender, à luz do que temos vindo a discutir, que a questão não se pauta só pela utilidade social ou individual, mas antes pelos condicionamentos em que este acontece. É assim que se atesta a necessidade de uma conceptualização de capital erótico que abarque tanto a ‘atractividade’ como a ‘sexualidade’, analisando empiricamente de que modo ambas são percebidas, desejadas e obtidas socialmente.

Já num campo como a indústria de serviços e sectores mais especializados como o cinema, as indústrias culturais, o marketing e a publicidade, vários estudos, como (Wolkowitz, 2013, Brents & Sanders, 2010), têm focado o modo como estes campos se têm apropriado da imagem feminina, ao mesmo tempo que a moldam – exactamente o factor que antes discutíamos como estruturante da hierarquia de características, com uma presença residual de objectificação masculina (Rohlinger, 2002). As relações do capital erótico com estes campos são, ainda que menos lineares do que no trabalho sexual, bastante claras: os indivíduos são procurados numa base de várias competências, qualidades e características, incluindo o capital social, cultural e o capital erótico. O modo como estes campos tomam o capital erótico passivo é bastante óbvio, dado que se procuram indivíduos que satisfaçam um conjunto de necessidades e qualidades associadas a vários níveis – mas um estudo aprofundado sobre o impacto que isso tem nos indivíduos e na distribuição do capital erótico, bem como na sua formação, seria da maior importância para a clarificação do papel que a sexualidade tem no trabalho. Já a questão do capital erótico activo será menos clara. Se voltarmos a equacionar a legitimidade dada a um indivíduo que troca capital sexual por capital económico num campo que não é estritamente sexual, qual a resposta que poderemos dar?

Por outro lado, se esta situação se verifica relativamente clara e linear nos campos altamente sexualizados, nos campos menos sexualizados esta distinção será tanto menos clara. Tomemos um exemplo clássico do discurso capitalista: a gestão. O

discurso que guia a necessidade de gerentes e gestores é marcado por um conjunto de *skills* necessários, associados a um capital educacional, social e cultural de base, entre outros (Grusky, 2001). Mas o que esperamos encontrar, com um cunho subliminarmente vincado é uma valorização notória da beleza em contextos como estes – e do mesmo modo podíamos falar, com Hammermesh (2013), de ramos como a política, negociações económicas e mesmo no acesso ao ensino superior. Porém, nada disto é legítimo – isto é, não podemos, de modo algum, dizer que o capital erótico passivo de um indivíduo seja assumidamente uma pré-condição para o sucesso nas múltiplas áreas que aqui discutimos, nem que esteja explicitamente descrito enquanto tal. A proposta de Hakim (2010) tem tentado, logo à partida, colmatar isto: construir uma sociabilidade alternativa, focada no capital erótico como um todo, de modo a activar as componentes implícitas dos campos não-sexuais. Mas a questão da legitimidade social impõe-se com particular assombro no que toca à utilização do capital erótico activo, como veículo de aquisição de posição.

Conclusão

Ao longo deste texto, procurámos explorar o modo como o capital erótico marca a vida dos indivíduos, assim como as suas consequências sociais, individuais, económicas e até culturais. No processo, procurámos explorar de que forma os indivíduos constroem a sua relação com a sexualidade e a atractividade, e quais as consequências para as diferentes franjas populacionais. Mais ainda, procurámos argumentar com particular vigor a necessidade de se conceber a sexualidade no cerne das discussões políticas, sociais, económicas e culturais, enquanto factor que guia e determina inúmeras decisões. Os impactos de uma reintegração da sexualidade na vida social – assumindo, como temos vindo a fazer, que esta tem sido remetida para contextos medicalizados e domésticos (Foucault, 1978), parecem-nos tremendos: desde a alteração dos modelos previstos capitalística e patriarcalmente, até à alteração dos comportamentos que visam a moralidade e controlo sociais. O que procurámos expor com este trabalho foi uma base analítica teórica a partir da qual se pretendeu ilustrar o modo como o capital erótico se encontra embutido nas relações de poder, nomeadamente nas relações de trabalho.

Como tal, a continuação lógica deste esforço será a exploração do modo como as relações laborais se organizam por referência com as relações eróticas, atentando à sexualização dos campos, e tomando em conta as matrizes normativas e subversivas que nos parecem ordenar a atracção erótica a nível social. Mais do que isto, a nossa intenção passa pela noção de uma necessidade de conceptualização e intervenção colectiva, com vista a entender as potencialidades reais do capital erótico para

subversão das desigualdades estruturais de género, contrapondo-lhes as consequências. E no sentido de alterar este *status quo*, procuramos explorar essa “[...]ordem estabelecida [que] tende a produzir a naturalização da sua própria arbitrariedade” (Bourdieu, 1989 : 202).

Referências Bibliográficas

- Aboim, Sofia. (2008). *Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo*. *Análise Social*, Volume 43, pp. 273-295.
- Althusser, Louis. (1971). Ideology and Ideological State Apparatuses. In *Lenin and Philosophy and other Essays*. s.l.:s.n., pp. 121-160.
- Barthes, Roland. (1957). *Mythologies*. Paris: Seuil.
- Bataille, George. (2001). *Eroticism*. London: Penguin Books.
- Bourdieu, Pierre. (1986). Forms of Capital. In *Handbook of Theory and Research for Sociology of Education*. Nova Iorque: Greenwood, pp. 241-258.
- Bourdieu, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa : Bertrand Brasil
- Brents, Barbara. & Sanders, Teela. (2010). *Mainstreaming the Sex Industry: Economic Inclusion and Social Ambivalence*. *Journal of Law and Society*, 37(Regulating Sex/Work: From Crime Control to Neo-liberalism?), pp. 40-60.
- Byrne, Romana. (2013). *Aesthetic Sexuality: A Literary History of Sodomasochism*. s.l: Bloomsbury Publishing.
- Callender, Claire. (1985). Unemployment: the case for women. In *Jones and Benston (eds), Yearbook of Social Policy in Britain 1984/5*. pp.47-73 London : Routledge
- Cassus Dio. (1916). *Roman History*. s.l: Loeb Classical Library.
- Collins, Patricia Hill. (2000). *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York, Routledge.
- Duggan, Lisa. (1995). *Sex Wars: Sexual Dissent and Political Culture*. s.l: Routledge.
- Edgell, Stephen. (2006). *The Sociology of Work: Continuity and Changes in Paid and Unpaid Work*. London: Sage
- Foucault, Michel. (1978). *A History of Sexuality: Volume 1 - An Introduction*. New York: Pantheon Books.
- Foucault, Michel. (2002). *The Archaeology of Knowledge*. London and New York: Routledge.
- Freud, Sigmund. (1905). *Three Essays on the Theory of Sexuality*. s.l.: s.n.

Gagnon, John. H. & Simon, William. (1973). *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. s.l.: Aldine.

Giddens, Anthony. (2002). *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Stanford: Stanford University Press.

Goes-Green, Christian. (2009). Hegemonic and Subordinated Masculinities: Class, Violence and Sexual Performance. In *Young Mozambican Men*. Nordic Journal of African Studies, Volume 18, pp. 286-304.

Goffman, Erving. (1959). *The Presentation of the Self in Everyday Life*. London: Penguin Books

Goffman, Erving. (1974). *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. London: Harper and Row

Green, Adam Isaiah. (2008). *The Social Organization of Desire: The Sexual Fields Approach*. Sociological Theory, Volume 26, pp. 25-50.

Green, Adam Isaiah. (2011). *Playing the Sexual Field*. Social Psychology Quarterly, Volume 74, pp. 244-266.

Green, Adam Isaiah. (2013). *Erotic Capital and the Power of Desirability: Why 'Honey Money' is a Bad Collective Strategy for Remediating Gender Inequality*. Sexualities, Volume 16, pp. 137-158.

Grusky, David. (2001). *Social Stratification: class, race and gender in a sociological perspective*. 2^o ed. Boulder: Westview Press.

Habermas, Jürgen. (1984). *Theory of Communicative Action*. Boston: Mass: Beacon Press.

Hakim, Catherine. (1980). *Census Report as documentary evidence: the Census commentaries 1801-1951*. Sociological Review, 28 (3): 551-80

Hakim, Catherine. (2010). *Erotic Capital*. European Sociological Review, Volume 26, pp. 499-518.

Hakim, Catherine. (2011). *Honey Money: The Power of Erotic Capital*. s.l.: International Edition.

Hammermesh, David. (2013). *Beauty Pays: Why Attractive People are more successful*. s.l.: Princeton University Press.

Harper, Douglas. 2001-2015. *Online Etymology Dictionary*. [Online] Available at: <http://www.etymonline.com/> [Acedido em 24 Novembro 2015].

Hooks, Bell. (1981). *Ain't I a woman?: Black women and feminism*. London : Pluto Press

Killing Us Softy 4: Advertisings Imagine of Women. 2010. [Filme] Realizado por Jean Killbourne. s.l.: s.n.

Levy, Gary. & Boston, Martha. (2001). *Preschoolers' Recall of Own-Sex and Other-Sex Gender Scripts*. *The Journal of Genetic Psychology*, Volume 3, pp. 369-371.

Lipovetsky, Gilles. (1997). *La troisième femme*. s.l.: Galimard.

MacKinnon, Catherine. & Dworkin, Andrea. (1988). *Pornography and Civil Rights: A New Day for Women's Equality*. Minneapolis, Minnesota: Organizing Against Pornography.

Magalhães, Sara. I., Cerqueira, Carla. & Bernardo, Mariana. (2012). Media and the (Im)permeability of Public Sphere to Gender. In *Democracia, Mass Media e Esfera Pública*. Vila Nova de Famalicão: Edição Húmus, pp. 35-52.

Magalhães, Sara. I., Saavedra, Luísa. & Nogueira, Conceição. (2010). *O que devo fazer?" - Cartas de leitor e sexualidade numa revista para raparigas adolescentes*. Braga, s.n.

Marcuse, H. (1981). *Eros e a Civilização*. 8^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Martin, John Levi. & George, Matt. (2006). *Theories of Sexual Stratification: Toward an Analytics of the Sexual Field and a Theory of Sexual Capital*. *Sociological Theory*, Volume 24.

Oliveira, Alexandra. (2013). *Prostituição Feminina, Feminismos e Diversidade de Trajectórias*. *ex aequo*, Volume 208, pp. 17-30.

Plutarco. (1920). *The Parallel Lives*. In The Loeb Classical Library. Vol IX.

Rohlinger, Deanna. A. (2002). *Eroticizing Men: Cultural Influences on Advertising and Male Objectification*. *Sex Roles*, Volume 46, pp. 61-74.

Spivak, Gayatri Chakravorty. (1988). *Subaltern Studies: Deconstructing Historiography*. Selected Subaltern Studies. pp.3-32 New Delhi, India : Oxford University Press

Williams, Zoe. (2011). *Catherine Hakim: charm school marm – interview*. *The Guardian*, 19.08.2011

Wolkowitz, Carol; Cohen, Rachel Lara; Sanders, Teela. (2013). *Body/Sex/Work: Intimate, Embodied and Sexualised Labour*. s.l: Palgrave MacMillan.

Zillman, Dolf. (1986). *Effects of Prolonged Consumption of Pornography*. *Journal of Family Issues*. Vol 9. n.º4. pp.518-544

IS Working Papers

3.^a Série/3rd Series

Editora/Editor: Paula Guerra

Comissão Científica/ Scientific Committee: João Queirós, Maria Manuela Mendes, Sofia Cruz

Uma publicação seriada *online* do

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IS Working Papers are an online sequential publication of the

Institute of Sociology of the University of Porto

R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on: http://isociologia.pt/publicacoes_workingpapers.aspx

ISSN: 1647-9424

IS Working Paper N.º 29

Título/Title

“Sobre o Capital Erótico”

Autores/Authors

Rodrigo Nicolau Almeida

Vitor Massa

Os autores, titulares dos direitos desta obra, publicam-a nos termos da licença Creative Commons

“Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha” nos Mesmos Termos 2.5 Portugal

(cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).